

Diálogo em Defesa do Território frente às Transformações da cadeia do petróleo e gás na região



**Seminário Recursos do Petróleo no Litoral Norte de São Paulo:
Relação de dependência e estratégias futuras**

09 de outubro de 2019, Caraguatatuba

Patricia de Menezes Cardoso

Como as regulações e instrumentos de ordenamento territorial dialogam para a construção de um cenário de futuro da região?

The diagram consists of three main components arranged horizontally. On the left is a dark blue oval containing the text 'Planejamento Territorial'. In the center is a light blue oval containing the text 'Gestão Territorial'. On the right is a teal-colored oval containing the text 'Afetação' stacked above 'Participação'. The ovals are arranged in a way that suggests a flow or relationship from left to right, with the central oval acting as a bridge between the planning and the instruments.

**Planejamento
Territorial**

**Gestão
Territorial**

Afetação

Participação

INSTRUMENTOS DE GESTÃO COSTEIRA

Planejamento
Territorial

Política Nacional
de Recursos do Mar

Política Nacional
de Meio Ambiente

Federal e Estadual:

1982: Comissão Interministerial dos Recursos do Mar (CIRM)

1990: Plano Nacional Gerenciamento Costeiro = princípios

1997: Plano Nacional Gerenciamento Costeiro = normas gerais de uso

1998: Plano Estadual Gerenciamento Costeiro

2002: Critérios do Zoneamento Ecológico-Econômico/ZEE na PNMA

2004: Regulamentação PNGC + 1º ZEE/LN (Sem plano de ação e gestão)

2017: 2º ZEE/LN = normas uso/ocupação do solo e manejo dos recursos naturais

Linha do Tempo: Regulação do Mar

1980	PNRM	Decreto Presidencial – cria as diretrizes gerais para a Política Nacional para os Recursos do Mar
1981	PNMA	Lei Federal nº 6.938/1981 – dispõe sobre a Política Nacional de Meio Ambiente
1988	PNGC	Lei Federal nº 7.661/1988 - institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro CONSTITUIÇÃO FEDERAL Reconhece a Zona Costeira como patrimônio nacional
1990	PNGC I	Resolução CIRM nº 001/1990 – aprova o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro I
1997	PNGC II	Resolução CIRM nº 005/1997 – aprova o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro II
1998	PAF-ZC	Criação do Plano de Ação Federal para a Zona Costeira
	PEGC	Lei Estadual nº 10.019/1998 – dispõe sobre o Plano Estadual de Gerenciamento Costeiro
2002	INSTITUIÇÃO DOS GRUPOS	Decreto Estadual nº 47.303/2002 - institui e disciplina a composição e o funcionamento do Grupo de Coordenação Estadual e dos Grupos Setoriais de Coordenação
2004	REGULAMENTAÇÃO DO PNGC	Decreto Federal nº 5.300/2004 – regulamenta a lei que institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro ZEE-LN Decreto Estadual nº 49.215/2004 – dispõe sobre o Zoneamento Ecológico-Econômico do Setor do Litoral Norte

Patrimônio nacional,

Constituição de 1988

- faixa marítima:

até a isóbata de 23,6 metros (PEGC, 1998 e ZEEC/LN, 2017)

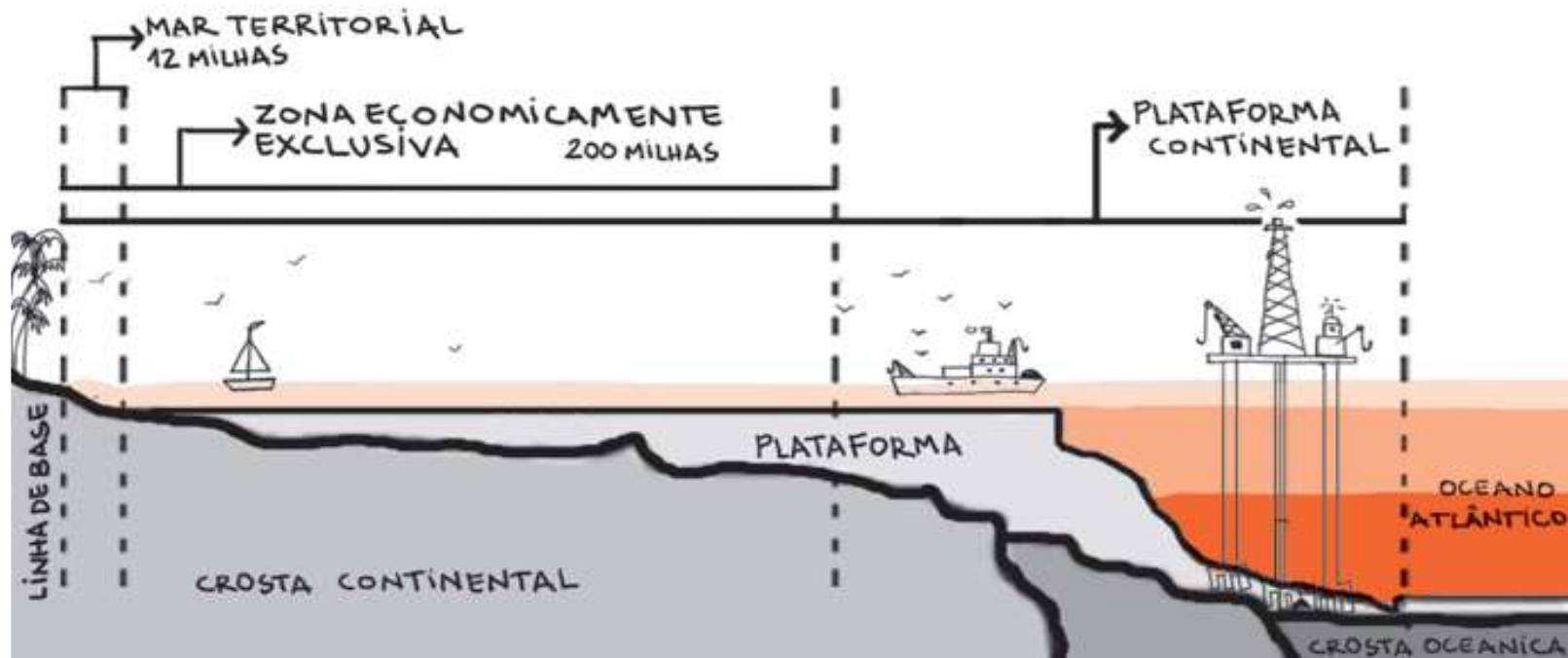
mar territorial / 12 milhas náuticas (PNGC, 2004)

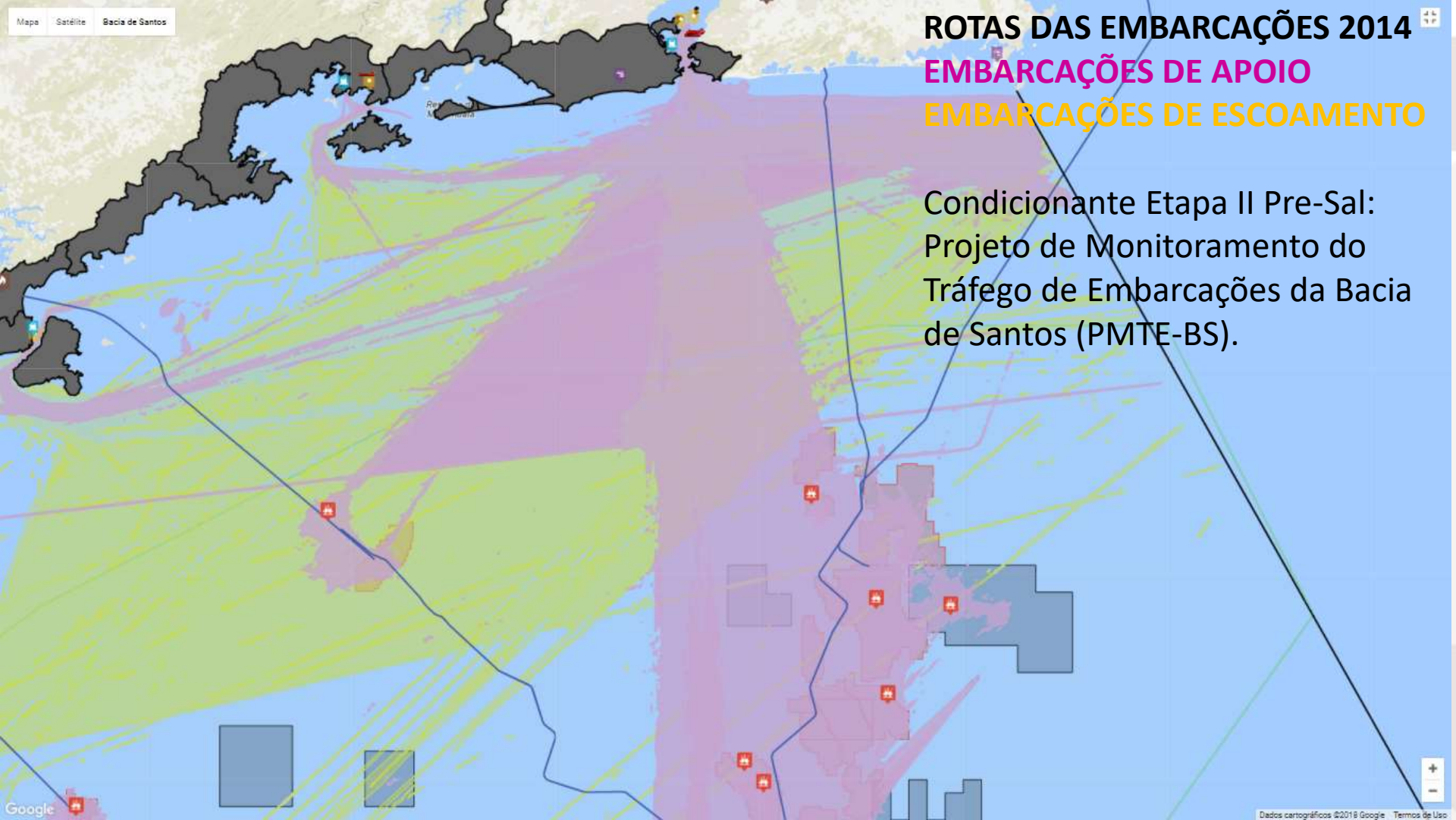
- faixa terrestre: limites dos municípios costeiros defrontantes/região metropolitana (PNGC, 2004)

Conflitos
Usos múltiplos do
mar

Patrimônio da União

Colonização da
Amazônia Azul





ROTAS DAS EMBARCAÇÕES 2014

EMBARCAÇÕES DE APOIO

EMBARCAÇÕES DE ESCOAMENTO

Condicionante Etapa II Pre-Sal:
Projeto de Monitoramento do
Tráfego de Embarcações da Baía
de Santos (PMTE-BS).

INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL

Planejamento
Territorial

Unidades de
Conservação

PESM

APAMLN

Estadual e do Litoral Norte

Década de 70, Ditadura Militar:

Unidades de Proteção Integral da Natureza

Século XXI:

Planos de Manejo e Zonas de Amortecimento do PESM

Uso e ocupação da UCs

Plano de Uso Tradicional e Zonas Hist. Culturais Antrop.

Unidades de Uso Sustentável Marinho da Natureza

INSTÂNCIAS DE PARTICIPAÇÃO REGIONAL

CBH/LN

CGAPAMLN

**Grupo
Setorial
GERCO**

INSTRUMENTOS DE GESTÃO TERRITORIAL

**Planejamento
Territorial**

**Polít. Nac. Meio Amb.
e Des. Urbano**

Plano Diretor

**Definição de
Urbano
/Rural**

**Lei de Uso e
Ocupação do Solo**

**Conselhos
Municipais**

**Plano de Gestão
Integrada da Orla**

Municipal

Competência de legislar sobre interesse local
Ordenamento, uso e ocupação do solo urbano
Definição da função social da propriedade urbana
Regularização fundiária
Áreas de expansão urbana
Uso dos vazios urbanos
Gestão do uso e ocupação na orla
Delegação da SPU gestão de praias

DIÁLOGOS E CONFLITOS

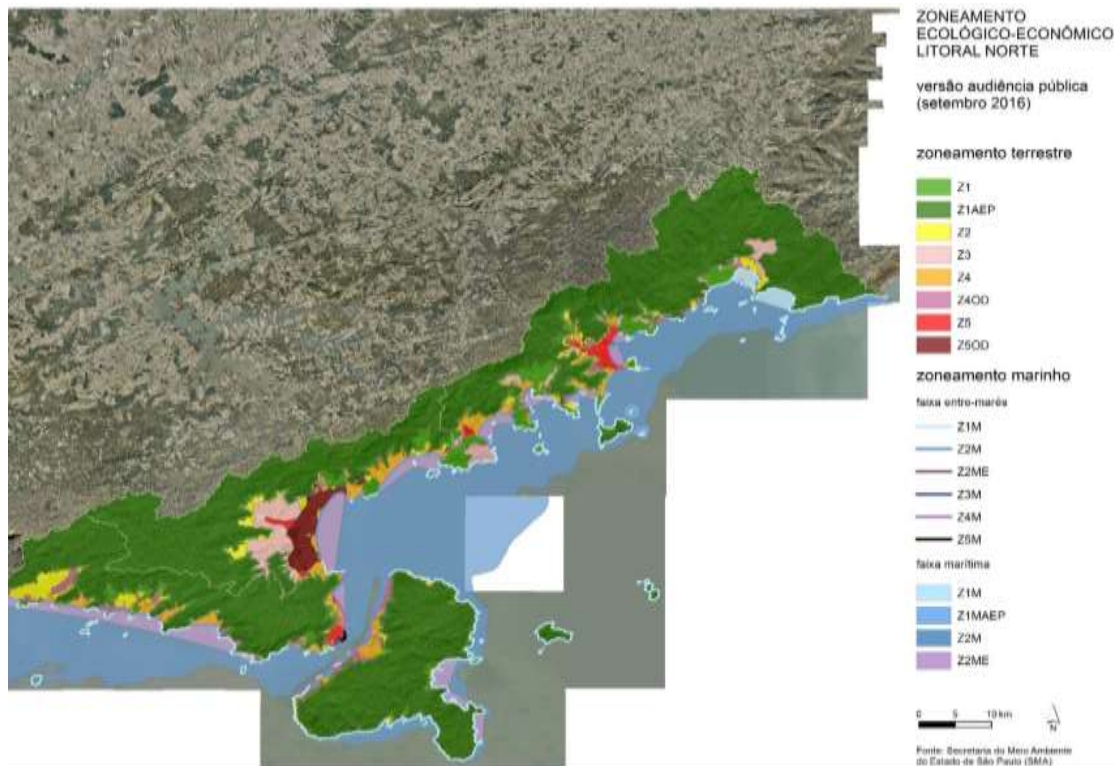
ZEEC: Visa a sustentabilidade ecológica, econômica e social para **compatibilizar crescimento econômico e preservação dos recursos naturais** e participação democrática

AVANÇOS
Crescimento Econômico
+
Proteção dos
Bens Naturais

CONFLITOS
Desconexão dos grandes empreendimentos
com planejamento territorial
Licenciamento não veta, diz como
(compensações/condicionantes)

Injustiça Socioambiental:
exclusão/negação povos e comunidades
costeiros

ZEEC/LN, 2017



Ampliação de zonas restritivas em áreas vegetadas, Praia da Baleia

Adequação do zoneamento às atividades das populações tradicionais em Z3, Quilombo Caçandoca Caiçaras de Ubatumirim

Adequação do zoneamento aos empreendimentos de interesse social

Previsão de áreas para reprodução marinha e incremento da pesca pelas comunidades tradicionais em Z2ME

Cenário Presente / Recursos do Petróleo

Distribuição desigual (critérios aleatórios)



Cenário Presente

Revisão marco regulatório do Pré-Sal

- LN na geopolítica do petróleo global
- Petrobras deixa de ser operadora única
- 12 petrolíferas multinacionais estão operando no Pré-Sal na Bacia de Santos sem expertise em águas profundas/ultraprofundas (sem expertise em águas profundas): impacto nas licenças, condicionante e monitoramento ambiental?

Cenário Presente

Petrobras, Total, Queiroz Galvão/Enauta (Operadoras)

Equinor, Shell, BP, Karoon (Exploração/Perfuração, futuras operadoras)

Chevron, ExxonMobil, CNOOC, QPI, Petrogal, OGX/OGPar/Ecopetrol (parc. Petrobras)



Cenário Presente

Revisão marco regulatório do Pré-Sal

- Revisão da distribuição de recursos: mecanismo para facilitar privatização e desvinculação da distribuição das áreas de produção e impacto territorial
 - (i) EC nº 102 de 26/09/2019: permite que a União compartilhe com estados e municípios os recursos arrecadados nos leilões da cessão onerosa pré-sal
 - (ii) Distribuição conforme regras do fundo de participação dos estados/municípios FPE/FPM (PL 1470/19)
 - (ii) redução em campos marginais on-shore para privatização (PL 4663/2016)

Cenário Presente

Desestatização / Privatização / Delegação

- Instabilidade democrática e institucional
- Desastres causados por crimes ambientais na exploração da mineração (VALE/MG) e do petróleo (Nordeste)
- Aumento da desigualdade (Petróleo / Bacia de Campos)
- Concessões/Alienação áreas/serviços públicos às iniciativas privada
- Delegação de competência (Ex. Gestão de praias da SPU/Municípios)

Cenários Futuros? Controle social

Mesas de Diálogo - Royalties (Observatório Litoral Sustentável Pólis/Petrobras 2014/2017)

- (i) Instâncias locais e regionais de monitoramento dos royalties
- (ii) Atuação conjunta para enfrentamento dos problemas regionais (saneamento, meio ambiente, moradia, trabalho e saúde)
- (iii) Criação do Observatório dos Royalties**

Conselho Regional Rendas Petrolíferas

Vinculação lei orçamentária ao Plano Diretor (Estatuto da Cidade)

Recursos das compensações ambientais às UCs afetadas

Cenários Futuros? Regulação usos do mar

Zoneamento Marinho: mar territorial e zona econômica exclusiva

México, 2014: Zonas de Salvaguarda e Áreas Naturais Protegidas do

Belize, 2017: Lei da Moratória (proibição temporariamente de perfuração e exploração de petróleo em todas as águas territoriais do país)

França, 2017: lei que põe fim a qualquer exploração e produção de petróleo e gás no país (neoextrativismo lítio no Chile e Bolívia)

Nova Zelândia, 2018: Proibição de novas licenças nas águas territoriais

Cenários Futuros?

Reconhecimento territórios/usos marinhos e terrestres de povos e comunidades tradicionais = Territórios Caiçaras

Proteção da sociobiodiversidade costeira e diversificação econômica desde a escala comunitária X impacto territorial geopolítica global

pesca artesanal sustentável, turismo de base comunitária, manejo florestal e agroecologia, saneamento ecológico e educação diferenciada

Fórum de Comunidades Tradicionais

Conselho Municipal Caiçara de Ilhabela

Conselho Municipal Quilombola

TEORIAS SOBRE O DESENVOLVIMENTO

Crescimento Infinito (exploração máxima / maldição recursos naturais)

Lógica da (neo)colonização do Estado, natureza, do conhecimento X

Combate às desigualdades sociais e fortalecimento das políticas sociais do Estado Nacional

Progresso da morte: Desastres e extermínio (necropolítica)

Crescimento lento (Nhandereko/ povos e comunidades costeiras)

Direitos da natureza e bem viver de humanidades diversas como parte da natureza

Alternativas ao capitalismo e modelo das indústrias neo-extrativistas

Decrescimento (redução do consumo e produção)

Recursos naturais limitados X crescimento infinito

Redução da carga horária de trabalho e seleção de tecnologias

Grata

patriciamenezescardoso@gmail.com

